

# **Resenha: Harvey, David. *Rebel Cities: From the right to the city to the urban revolution.***

## **London & New York: Verso, 2012**

**Heloisa Soares de Moura Costa <sup>1</sup>**  
**Diomira Maria Cicci Pinto Faria <sup>2</sup>**

<sup>1</sup> Graduada em Arquitetura e Urbanismo (UFRJ), Mestre em Planejamento urbano (Architectural Association), Doutora em Demografia (UFMG).

<sup>2</sup> Graduada em Economia (PUC-MG), Mestre em Turismo (Universidade de Alicante e Universidade de Caxias do Sul), Doutora em Economia (CEDEPLAR-UFMG).

Em seu livro *Cidades Rebeldes*, David Harvey aposta em nova abordagem de sua temática constante, qual seja a transformação social, desta feita a partir do potencial de contestação e luta que brota da experiência cotidiana da vida nas cidades. O subtítulo - do direito à cidade à revolução urbana – explicita este caminho e dá conteúdo às duas partes que compõem o livro.

Na primeira parte, intitulada *O direito à cidade*, Harvey toma como ponto de partida a ideia segundo a qual o direito à cidade não surge primordialmente do debate intelectual, mas sim das cidades, das comunidades, como um grito de socorro e uma demanda por apoio aos oprimidos. Lança assim a provocação: Como os acadêmicos e intelectuais respondem a isto?

Para iniciar o debate o autor retoma a forma como Henri Lefebvre se confronta com a questão na Paris de 1968, tendo como base em seu estudo sobre a comuna de Paris (publicado em 1965) argumentando que movimentos revolucionários frequentemente assumem uma dimensão urbana, em contraposição à visão que atribuía ao movimento operário, principalmente fabril, a vanguarda da mudança revolucionária. Tal discussão alimentou o campo das teorias urbanas na década de 1970, no centro do qual emergiram os movimentos sociais urbanos, como eram então chamados, como agente social de destaque, alterando de forma permanente os termos do debate sobre o que viria a ser chamado de *direito à cidade*.

No cenário brasileiro cabe destacar o pioneirismo de livros como *São Paulo 1975 – Crescimento e Pobreza* (1976), elaborado por demanda da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, como um marco da análise urbana brasileira crítica pré movimento pela reforma urbana; ou ainda *A Espoliação Urbana*, conceito síntese cunhado por Lúcio Kowarick (1979) para expressar a somatória das condições de exploração sofrida pelos trabalhadores na esfera do trabalho, ao desgaste provocado pela precariedade das condições de habitação e circulação urbanas. Tais estudos, ancorados nos escritos de Lefebvre (1999) e, também, no fundante livro de Harvey (1973) *Social Justice and the City*, entre outros, politizaram o debate ao começar a desvendar as conexões entre os

processos de urbanização e de acumulação capitalista, assim como a simbiose entre a natureza da urbanização e os mecanismos de reprodução social.

No capítulo em que discute o direito à cidade, Harvey adverte que este pode ser visto tanto de uma perspectiva revolucionária como de uma perspectiva reformista, especialmente, pode-se acrescentar, quando se restringe aos aspectos regulatórios tão frequentes no contexto brasileiro. Demandar o direito à cidade, entretanto, é muito mais do que isto. Trata-se, segundo o livro, de demandar o direito a algo que já não mais existe, se é que existiu algum dia. Algo que precisa ser reconstruído. Trata-se de explorar o direito coletivo à cidade num contexto de resgate das ideias de Lefebvre e também de emergência de todos os tipos de movimentos sociais urbanos. Para Harvey, a liberdade de fazer e refazer as cidades é o mais precioso e mais negligenciado dos direitos humanos.

No capítulo seguinte, Harvey desenvolve uma interessante argumentação acerca das raízes urbanas das crises capitalistas que, segundo ele, não são reconhecidas pela economia neoliberal e nem pela economia marxista. Aponta com clareza como se dá a acumulação de capital por meio da urbanização, bem como explora formas pelas quais a circulação de capital produtivo e a de capital improdutivo se combinam no sistema de crédito no contexto do mercado imobiliário, retomando formulações anteriores (Harvey, 2005). Ao final conclui afirmando de forma contundente que se a forma capitalista de urbanização é tão imbricada em e fundante para a reprodução capitalista, então formas alternativas de urbanização devem necessariamente ser centrais para a busca de uma alternativa anti-capitalista.

Após conduzir a análise a partir do ponto de vista da reprodução do capital, o autor passa a desenvolvê-la a partir da sociedade e dos movimentos por ela ensejados. Para tanto, discute a possibilidade de criação dos comuns urbanos (*urban commons*), bem como os dilemas de preservar alguns comuns à custa de outros comuns, por exemplo, cercar elementos da natureza para preservá-la restringe o direito coletivo de seu uso.

Aqui, Harvey faz uma interessante distinção entre os comuns que se extinguem com o consumo e aqueles em que

isto não ocorre, como os comuns culturais – propriedade intelectual, etc, não se acabam com o consumo - como na sempre recorrente alusão à tragédia dos comuns. E como é com a cidade? Aqui há elementos para subsidiar um debate interessante sobre a produção (ou não) da escassez.

Outro ponto que merece destaque é a distinção entre espaços públicos, bens públicos e comuns. Os primeiros, quando apropriados pelas pessoas e usados para o crescimento e a emancipação da sociedade, para a ação política coletiva em senso amplo, ou para a politização da cidade, se tornam comuns – logo há um processo de transformação do espaço e bem público/coletivo em comum – prática social que Harvey chama de *commoning* – enfatizando o potencial de transformação neles embutido. Pode-se considerar que tal conceito guarda semelhança com o espaço vivido lefebvriano em âmbito coletivo, ou mesmo aproxima-se da noção de espaço diferencial (Lefebvre, 1991). Assim, diferenças entre os conceitos de coletivo, público, privado e comum ressaltam as relações sociais sempre conflituosas que fazem emergir.

O autor problematiza de forma exemplar as relações entre espaço, formas de apropriação coletiva e valorização do bem comum, especialmente no caso da terra, discutindo quem dela se apropria. Aqui há uma abertura importante para se pensar os bens comuns de forma mais ampla, os chamados bens ambientais – água, ar, biodiversidade, saberes tradicionais, patrimônio natural, energia, entre outros – que podem se tornar comuns ou podem ser cada vez mais apropriados por indivíduos ou grupos, com implicações para o debate atual envolvendo sociedade e natureza, crescentemente mediada pelas soluções de mercado, a exemplo da versão que vem se tornando hegemônica da economia verde e sua internalização crescente na regulação ambiental.

Para Harvey, a verdadeira tragédia dos comuns urbana é exemplificada no momento atual pela emergência de processos de revitalização, gentrificação, expulsão de moradores e elitização do espaço, uma vez que a vida urbana cotidiana, as pessoas na rua, tem sido substituída pelos carros luxuosos, as cercas elétricas, a arquitetura-ostentação, em ruas progressivamente desertas. A urbanização corresponde, portanto, à permanente produção do urbano comum (ainda que em sua forma embrionária como espaço público e bem público) e sua permanente apropriação e destruição pelos interesses privados.

A temática da renda da terra e da valorização do espaço retorna neste livro em uma instigante discussão sobre a cultura e a aparente contradição entre considera-la como uma forma de comum, ao mesmo tempo em que se transforma em mercadoria. De forma mais ampla, discute a exclusividade, logo a possibilidade de geração de renda de monopólio, como um atributo escasso, mas cada vez mais comercializável e reproduzível, logo minando as vantagens de monopólio.

Tal contradição no campo da cultura na cidade, considerando sua crescente transformação em mercadoria, traz à tona disputas sobre os novos comuns urbanos, sobre o capital simbólico coletivo, sobre as memórias e tradições coletivas crescentemente mercantilizadas. Cabe perguntar então a que grupos sociais elas se referem? Quais tradições, memórias e registros são considerados relevantes? Abrem-

se assim importantes campos de disputas e formas de ação política, segundo Harvey, tanto da esquerda como da direita.

O autor menciona, em especial, o caso de Porto Alegre, que ele acompanhou com alguma proximidade, mas podemos pensar em um grande número de experiências de cidades brasileiras, que ao apostar na mobilização popular, está construindo novas formas culturais e novas definições de autenticidade, originalidade e tradição.

A segunda parte do livro que traz o nome da publicação – Cidades rebeldes – retoma a temática central da maioria dos escritos de Harvey, a construção de uma alternativa ao capitalismo, sendo a cidade o espaço mais adequado para se organizar movimentos de luta anticapitalista. Com base nesta hipótese, os capítulos finais discutirão o movimento social ocorrido em Londres em 2011 e o movimento *Occupy Wall Street* em Nova York.

Harvey argumenta que, nos últimos anos, movimentos sociais em diferentes cidades ao redor do planeta, muitas vezes considerados como expressões da opinião pública em uma perspectiva global, surpreendem por demonstrar uma capacidade de mobilização singular e geram uma sensação de que as redes urbanas globais estão repletas de possibilidades de cunho político que ainda não foram utilizadas. Segundo o autor: “...there is something political in the city air struggling to be expressed” (p. 117). Ainda, o autor revela que certas características urbanas podem ser mais propícias a movimentos sociais de protesto do que outras. Com isto, não só a escolha de locais para ações podem determinar o vencedor, à semelhança de estratégias militares, como também, uma reengenharia física e social dos lugares aliada a uma organização territorial, se constituindo em uma arma na luta política. Após esta introdução, o autor discute as condições necessárias e as possibilidades ainda pouco exploradas para que os movimentos sociais nas cidades possam avançar para uma perspectiva de luta anticapitalista.

De acordo com a visão marxista, o objetivo primordial da luta anticapitalista consiste na abolição das relações de classe e tudo que tem a ver com ela, não importando o local onde as lutas ocorrem. Entretanto, para Harvey, este objetivo revolucionário apenas superficialmente parece não ter relação com a urbanização *per se*. Pondera o autor que três temas são fundamentais nos debates atuais: i) o tema da pobreza; ii) o tema do perigo de desastre ambiental e transformações no ecossistema; iii) o tema do crescimento econômico contínuo, exercendo pressões sobre as relações sociais e ambientais. A partir daí indaga se os movimentos sociais sediados nos centros urbanos podem contribuir e deixarem sua marca em uma luta anticapitalista que perpassa estes três eixos fundamentais? Para Harvey é necessário algumas revisões conceituais quanto à natureza de classe e a definição do local da luta de classe. Sempre lançando mão do exemplo da Comuna de Paris, o autor pondera que, em primeiro lugar, a dinâmica da exploração de classe não está confinada ao local de trabalho, ao circuito da produção, mas também ocorre nos espaços de convivência, de reprodução da força de trabalho, nos circuitos de circulação de capital. Em segundo lugar, considera que a urbanização demanda uma série de bens e serviços que são produzidos nas cidades por milhares de trabalhadores que estão engajados na produção, gerando

valor e mais valia. Assim, a pergunta subjacente é porque não focar nas cidades, em detrimento das fábricas, como o lugar primordial para a produção do excedente do valor ou a mais valia? Propõe considerar como agentes de mudança um proletariado que incorpore além dos trabalhadores de fábrica, trabalhadores dos demais setores que produzem bens e serviços que são produzidos e consumidos no meio urbano, como transporte de mercadorias, serviços de abastecimento de água, trabalhadores da construção civil, vendedores de mercadorias, enfim uma gama de trabalhadores, muitos deles ilegais e com trabalho temporário. Em terceiro lugar, sugere o autor a necessidade de reescrever a história convencional das lutas de classe. Organizações de vizinhos/de bairros tem tido tanta relevância nas lutas de classe como as organizações centradas nos locais de trabalho/sindicatos, a exemplo do caso de El Alto, na Bolívia, onde houve articulação entre ambos os movimentos. Trata-se, portanto, de construir conexões entre a comunidade e o local de trabalho, pois é nos espaços de convivência cotidiana, que características como raça e etnia, por exemplo, tem relevância, sendo também nos espaços de vizinhança que a cultura aparece como relevante para tecer laços de identidade e pertencimento entre as pessoas; possibilidades de solidariedade distantes do local de trabalho. E quase concluindo esta reflexão, Harvey pondera que se a luta de classe não está confinada ao local de trabalho, também os sindicatos não deveriam estar. Assim, os sindicatos devem pensar em estratégias de atuar conjuntamente com os demais atores sociais das metrópoles.

Para responder à questão sobre como então organizar as cidades, Harvey sugere examinar exemplos singulares de práticas de políticas urbanas em situações revolucionárias, apresentando os casos de movimentos ocorridos nas cidades bolivianas de Cochabamba e El Alto, que apresentavam uma confluência de trabalhadores mineiros com consciência de classe bem desenvolvida, imigrantes indígenas com seus costumes democráticos; agricultores e população de baixa renda expulsos de La Paz devido ao preço da terra. A organização popular contemplava associações de moradores que além de prover bens para o coletivo agia no sentido de mediar conflitos entre os residentes; associações setoriais entre vários grupos da população - vendedores, taxistas, entre outros atuando na mediação de conflitos, por exemplo, entre vendedores de rua; sindicatos convencionais que incentivavam a militância e negociavam com o Estado nos níveis local, regional e nacional. Harvey aponta ainda a importância da cultura como promotora da articulação através de eventos e festividades que incentivavam a participação coletiva, como assembleias populares, desta forma superando tensões e promovendo sentimentos de reconhecimento coletivo como sujeitos políticos. Desta

forma construíram-se sentidos de cidadania, pertencimento e solidariedade, uma identidade gerou ação política.

Ressalta o autor que cidadãos e camaradas podem marchar juntos em uma luta anticapitalista, embora em diferentes escalas, mas, adverte que isto ocorrerá se houver uma consciência da natureza da tarefa a ser realizada, que na perspectiva do autor é a construção coletiva de uma cidade socialista sobre as ruínas da urbanização destrutiva capitalista (pg. 153). Aponta ainda a necessidade de estruturas de poder em diferentes níveis com uma estrutura de governança hierárquica que consiga redistribuir a riqueza entre as diferentes localidades.

Harvey apresenta na página 153 sua utopia, ou seja, uma coordenação global via redes urbanas que devem ser hierárquicas, mas não monocêntricas, corporativas mas democráticas, aninhadas mas federativas, solidárias em sua oposição ao capitalismo e engajadas na luta contra o poder da lei do valor que orienta as relações sociais sobre as quais trabalhamos e vivemos.

A partir da leitura de alguns movimentos sociais recentes – Londres e Nova Iorque, já mencionados - Harvey aposta, portanto, em um pacto coletivo pelas cidades, como um processo em permanente construção no qual o direito à cidade se transforma no direito ao comum, extrapolando necessariamente as fronteiras cada vez menos precisas da urbanização para atingir o conjunto do espaço social, cidade, sociedade e natureza, ampliando o direito à cidade para incluir o direito ao espaço, ao ambiente, à vida em sentido pleno, logo a um outro futuro inclusivo e igualitário para todos.

---

## REFERÊNCIAS

- [1] CAMARGO, C.P.F. et al. **São Paulo 1975 - crescimento e pobreza**. São Paulo: Edições Loyola, 1976.
- [2] HARVEY, D. **Social justice and the city**. London: Edward Arnold, 1973.
- [3] HARVEY, D. **Produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.
- [4] KOWARICK, L. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- [5] LEFEBVRE, H. **The production of space**. Blackwell Publishers, 1991.
- [6] LEFEBVRE, H. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.